



SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

**35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD/LGBT – CONSELHO
NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO
DOS DIREITOS DE LGBT**

Dia: 26 de Outubro de 2016

Ata da Ordem do Dia

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas e vinte minutos, teve início a trigésima quinta (35ª) Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, na Sede da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SCS Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF. Sala de Educação Corporativa, 10º andar. Estiveram presentes os membros do Conselho: Conselheiro Presidente Zezinho do Prado, CNTE; Conselheiro Daniel Costa, FONAJUNE; Conselheira Liliane Caetano, CFESS; Lucas de Alencar, Oliveira, OAB; Conselheiro Léo Mendes, ARTGAY; Clovis Arantes, ABGLT; Tathiane Aquino, Rede Trans Brasil; Conselheiro Cássio Maciael, ARTGAY JOVEM; Chopelly Santos, ANTRA; Conselheira Patricia Mollo, MEC; Conselheiro Jorge Freire, Ministério da Cultura; Conselheira Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Luana Quitéria Santos Magalhães, Ministério da Justiça e Segurança Pública; Frederico Coutinho, Secretaria Especial de Direitos Humanos; Conselheira Jéssica da Silva Rodrigues, Ministério da Saúde. O Presidente do CNCD/LGBT abre a 35ª Reunião Ordinária, após a verificação de quórum. Em seguida, solicita às Conselheiras e aos Conselheiros a apresentação de seus informes. O Conselheiro Daniel faz uso da palavra: Meu informe é sobre a o Seminário interamericano de direitos humanos onde será apresentado o Relatório Final sobre as demandas da população LGBT negra e a violência que atinge essa população. Trata-se dos resultados de uma pesquisa que entrevistou pessoas com diferentes perfis, em Brasília, Salvador e Belo Horizonte. A divulgação destes dados será feita em Brasília, no dia 31 de outubro; em Salvador no dia 1º de novembro; e em Belo Horizonte, no dia 3 de novembro. Conselheira Liliane faz uso da palavra: Gostaria de passar informação referente à reunião cujo tema era a Revisão do Conselho Federal de Medicina (CFM) da resolução atual sobre o processo de transgenitalização. O CFM pretende realizar uma reunião ampliada com entidades de movimentos sociais e com membros da academia, para informar que se coloca à disposição para o caso de necessidades de indicações pelo processo de informar as entidades de âmbito nacional, de entidades, sejam específicas das identidades de travestis e transexuais, e entidades mistas. No Conselho existem duas entidades, são elas: a Rede Afro LGBT e a ABGLT. E ainda, membros de academias que possuem notório saber referente ao tema, por favor me informem e indiquem. O Presidente faz uso da palavra: Gostaria de justificar as ausências de Conselheiros e Conselheiras da sociedade civil – Conselheiro Washington, da Rede Afro, por motivos de saúde; Conselheira Roselaine, da LBL, por motivos de saúde; Conselheiro Delmiro, da CUT, por razões de falecimento de familiar; Conselheiro Gil, da Central de Movimentos Populares (CMP), que no início do ano formalizou junto ao Conselho um informe de que a CMP não integraria mais o Colegiado, em virtude das transições políticas. No entanto, segundo informe dos Conselheiros Gil e do Carlos Alves, responsável pela CMP, reavaliaram seu posicionamento quanto a sua participação no Conselho. Mas ainda não foi formalizado. A Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), representada pela Senhora Marina Reidel, a qual solicitou afastamento da ABEH e do Conselho, não confirmou presença nem indicou suplência. Diante das ausências relatadas, justifica-se a dificuldade de quórum, o que compromete o Conselho a solucionar essa situação, até a próxima reunião prevista para dezembro. A Secretária Executiva Katia Guimarães faz uso da palavra: Eu gostaria de dar dois informes um em relação à chegada de três conselheiros governamentais: Conselheira Patrícia

Mollo, - Coordenadora Geral de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) -, representante do Ministério da Educação, suplente do Conselheiro Daniel Ximenes, também do Ministério da Educação; Conselheiro Jorge Freire - Secretaria de Cidadania da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC) -. Representante do Ministério da Cultura. Segundo informe diz respeito ao Projeto de Lei Orçamentaria 2017 (PLOA 2017), em que a SDH se mobilizou junto aos parlamentares para a conquista de emendas para o ano de 2017, voltadas para o público LGBT, cujo prazo para elaboração é até outubro. Momento em que todas as áreas da Secretaria se envolveram nesse processo, algumas vezes, com visitas *in loco* ao Congresso. A Coordenação do CNCD/LGBT conversou com, mais ou menos, cinco parlamentares que já estão engajados com a população LGBT. Mas ainda foram levantados outros nomes que possivelmente poderiam ser sensibilizados pela agenda. É necessário um retorno, pois foram enviadas duas correspondências aos Conselheiros e Conselheiras para que cada um/a, em seus respectivos estados, pudessem fazer uma incidência com deputados federais representantes de seus estados. A Deputada Maria do Rosário e o Deputado Federal Paulo Pimenta, fecham emendas vinculadas ao trabalho do Conselho, com o recurso de, aproximadamente, R\$ 200.000,00. Há necessidade de uma visita em breve para objetivar os valores disponibilizados. O gabinete do Deputado Federal Jean Wyllys, dispôs de R\$ 200.000,00 para a atuação ligada, sobretudo, ao enfrentamento à violência contra a população LGBT. Houve adesão do Deputado Chico Alencar, que colocou uma emenda no valor de R\$ 150.000,00, tanto para a produção de pesquisa de diagnósticos e publicações quanto para o Sistema Nacional LGBT. A Deputada Fátima Bezerra (PT/RN) fez uma emenda de forma geral, contemplando todas as áreas da Promoção dos Direitos Humanos, destinou o valor de R\$ 400.000,00 para a criação e manutenção de conselhos e centros de referências em direitos humanos. Totalizando R\$ 550.000,00 de emendas individual e impositivas, que durante o final do ano corrente e início de 2017 serão dialogadas com os deputados e deputadas, com o delineamento dos planos para o seu devido cumprimento, por meio da SEDH. Conforme conversa com o Padre João, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, tendo em vista que a Comissão possui perspectivas para além dos Conselhos, não foi possível localizar uma ação descrita para Conselhos, mas é possível justificar o envio de ementas mais gerais da SEDH, incluindo a população LGBT que é citada na introdução da justificativa das emendas da CDHM. O Presidente faz uso da palavra: Considero de grande importância os informes e sugiro a contribuição da Câmara Técnica que já desenvolve trabalhos nesse sentido. Conselheiro Léo faz uso da palavra: Considerando a reunião prevista para dezembro, sugiro que um dos objetivos do Pleno seja fazer o planejamento, tendo o resultado e a aprovação dessas emendas, tanto individuais quanto as impositivas e também a aprovação da 241, que interfere nessas emendas. Sugiro que a Reunião Extraordinária prevista seja para planejar e organizar essas emendas aprovadas, e apresentar para a Câmara Técnica, visando o acompanhamento do orçamento, e posteriormente, ao Plenário as proposições. Cinco (05) a sete (07) de dezembro, sendo cinco (05) a Reunião Ordinária, seis (06) a Reunião Extraordinária e sete (07) a Plenária. O Presidente faz uso da palavra: peço que os presentes façam uma correção na pauta: no último ponto em que se lê: “aprovação do Relatório Final”, leia-se: “apreciação do Relatório Final”, pois o mesmo já foi aprovado. Inicia-se, agora, a apresentação das Câmaras Técnicas Permanente, lembrando que a Câmara Técnica de Normas e Legislação e da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano, farão uma apresentação conjunta, já que desenvolveram seus trabalhos conjuntamente no que resultou na apresentação de um Relatório Final e uma Nota Pública. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: ontem, nós tivemos reunião pela manhã

da mesa diretora e a pauta, praticamente, foi ligada a Câmara de Combate à Violência porque nós discutimos muito a respeito do Disque 100 e os levantamentos da última Reunião. Recebemos a visita da Ouvidora e, no diálogo com a Secretária Flávia, deixamos claro pra ela a necessidade de se ter uma repaginação nesse sistema do Disque 100. Identificamos algumas falhas que já tinham sido levantadas e conversadas. Há muito tempo que nós estamos fazendo uma atividade de resolução e planejamos e conseguimos sensibilizar para uma visita desta Câmara ao DISQUE 100, já que tínhamos renunciado a nossa Reunião Extraordinária desse mês pra justamente não onerar o Conselho. E, poder fazer essa visita em Salvador, onde fica a estrutura do Disque 100. Falamos do nosso dossiê, que planejamos neste Conselho, que precisa de uma qualidade na produção técnica, já que esta Câmara pode levantar fatos, trazer subsídios, trazer aspectos, até se necessário, um compilado das atas do que a gente identificou. Mas que o dossiê precisa ser algo mais qualificado, prevê, possivelmente, a contratação de um consultor ou alguém especializado que possa se empenhar neste trabalho. A Secretária achou a ideia importante e pediu que esta Câmara incluísse na pauta, e, de alguma forma, conseguir trazer um esqueleto de como seria esse dossiê. A Conselheira Liliane, como é a nossa nova relatora da Câmara, elaborou o nosso relato e vai fazendo em ordem cronológica. A nossa Câmara já está configurada: Conselheiro Cássio Maciel, Vice-Presidente da Câmara e a Conselheira Liliane, como relatora, e o Conselheiro Daniel para dar força nessa relatoria. Eu vou passar pra Conselheira Liliane. Conselheira Liliane faz uso da palavra: além desta pauta, nós definimos a data para a reunião em Salvador no Disque 100: 8 e 9 de dezembro, emendada com uma reunião do Pleno, em Brasília. Esse é o acordo. Com relação à última reunião da Câmara sobre as deliberações da 3ª Conferência Nacional, em especial, sobre a questão da violência, foi feito um levantamento de todas as deliberações sobre a violência. O CFESS trouxe esse levantamento e todos os membros da Câmara vão se debruçar sobre esse documento porque a partir dele nós vamos construir o nosso planejamento estratégico. Essa é uma das deliberações que tiramos, ontem. Também recebemos a visita da Silvia Diniz que é da Associação para Prevenção contra a Tortura (APT). Foi uma visita programada. Ela veio e fez uma apresentação breve. Mas como é um tema muito relevante quando a tortura. A APT é uma ONG que trabalha, a nível internacional, com atenção, sobretudo, da privação de liberdade. Como é um tema muito raro na nossa Câmara combinamos que ela virá fazer uma apresentação mais específica do trabalho dessa Entidade na nossa Câmara em dezembro. A proposta para o desenho do Dossiê ficou, em um primeiro momento, da seguinte forma: 1) objetivos específicos: construir o estado arte sobre as violências e violações de direito contra população LGBT na sociedade brasileira; 2) levantar dados sobre o tema da violência e violação de direitos em relação a orientação sexual e identidade de gênero no âmbito do Legislativo brasileiro, em particular dos estados e municípios, considerando os projetos e normativas existentes, atualmente, que versam sobre o assunto; 3) realizar levantamentos e dados oficiais sobre violência e sobre violação de direitos da população LGBT disponíveis na rede de atendimento no âmbito nacional, estadual e municipal; 4) levantar, no âmbito do Sistema de Justiça e Segurança Pública, os dados oficiais sobre violência e sobre violação de direito contra a população LGBT, tais como: as delegacias especializadas, Ministério Público, Defensoria Pública, Ouvidoria, etc; 5) realizar pesquisa de campo e levantamento de dados junto a entidades da sociedade civil que atuam no enfrentamento da violência LGBTfóbica, contemplando as 5 regiões do Brasil; 6) realizar análise crítica dos dados quanti e qualitativos coletados. É importante que se considere no dossiê todos os marcadores sociais, tais como: gênero, orientação sexual e identidade de gênero, raça, cor, geracional, religiosidade etc, que incide sobre a população LGBT na sociedade brasileira. Além disso, vimos a importância de fazer comparativos

com Países da América Latina. Também é importante levantar campanhas e ações de prevenção e de combate relativas a violência contra a população LGBT, nos três níveis da Federação. O Conselheiro Lucas, seguindo a discussão da Câmara, recorda da última reunião de trabalho sobre a integração dos conselhos locais, em que foi pensado um mecanismo de garantia de acesso às informações na ponta, de forma a facilitar a criação de novos trabalhos, além desses. A Conselheira Liliane sugere a apreciação do Pleno sobre a possibilidade de os conselhos estaduais e municipais serem fonte de dados sobre a violação de direitos e violência. Conselheiro Daniel acredita que, para além dos conselhos como fonte para o Relatório de Violência, são necessários dados mais qualificáveis. Conselheira Liliane reforça que a Câmara pretende solicitar o acompanhamento e monitoramento de todo esse processo, não apenas construir o “esqueleto” do Dossiê indicando o que existe de fundamental para sua elaboração. Conselheiro Léo Mendes destaca que na gestão do Ministro Pepe Vargas e do Secretário Rogério Sottili não houve a contratação de consultoria para essa finalidade e que a atual gestão ainda não sinalizou a contratação de consultoria para a elaboração do Relatório de Violência LGBTfóbica no Brasil. Apontou a questão da temporalidade das publicações, em que o relatório referente à um determinado ano só é disponibilizado tardiamente, o que compromete a defesa da pauta, por exemplo, na Assembleia Legislativa. Reafirma a importância desta contratação e sugere que, no Relatório, constem dados de 2014 e 2015, ainda não publicados. Aponta a possibilidade de denunciar às instancias internacionais o fato de o Brasil não publicar Relatórios Anuais de violência LGBTfóbica, desde 2013. O Conselheiro Frederico Coutinho faz uso da palavra: em resposta ao Conselheiro Leo informo que na reunião anterior, a Secretária Flávia se comprometeu com a temática LGBT, no ano de 2017, focalizando na qualificação dos dados, sanando o problema dos relatórios pendentes e avançar para a construção do Dossiê. Acredito que a partir de uma quantificação qualificada, há necessidade de se dar conhecimento aos dados e, posteriormente, iniciar-se um processo de sensibilização. Conselheiro Zezinho solicita que a relatoria da Câmara Técnica envie o “esqueleto” para a construção do Dossiê aos cuidados da coordenadora Katia que deve ser encaminhado para a Secretária Flávia Piovesan. Na sequência, o Presidente convida a Câmara Técnica de Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional para a apresentação. A Conselheira Chopelly, na condição de presidente interina da Câmara, comunica a finalização da avaliação das propostas da 3ª Conferência em interface ao PPA 2016 - 2019, a ser apresentada na reunião ordinária prevista para dezembro. Informa que além das pautas levantadas pelo Conselheiro Leo, reforça, mais uma vez, a necessidade da visita ao LABI que está sendo executado no estado da Bahia para que estes possam apresentar o Plano de Trabalho. A Conselheira Rosário complementa os informes da Conselheira Chopelly, explicando que o trabalho proposto era o de colher as resoluções da Conferência e verificar se estavam, total ou parcialmente, previstas no PPA 2016 - 2019. No eixo 1 91,8% das resoluções estão no PPA; no eixo 2 84%; no eixo 3 60%; e no eixo 4 41,3%. Com relação ao alcance do eixo 4 que trata de marcos jurídicos, esse número já era esperado, visto a dependência do Legislativo e Judiciário. Na totalidade, 83% das resoluções já estão contempladas no PPA. Informa que, a partir de abril de 2017, o PPA será revisado, tendo em vista que o mesmo foi elaborado durante o Governo Dilma, com previsão para ser entregue dia 31 de agosto de 2017. O Conselheiro Lucas reforça a convocação do LABI e sugere o levantamento de um histórico do trabalho já realizado e o que está sendo executado. O Conselheiro Leo Mendes sugere que, quanto ao acompanhamento do PPA e das deliberações da Conferência, conste no Relatório os dados levantados pela Conselheira Rosário. Quanto a LABI, recorda a atribuição de ser realizado o Plano e o Sistema, o envio de informes, a deliberação de indicação do Conselheiro Washington para realizar o

monitoramento. Dessa forma ressalta a necessidade de convocação da LABI e ainda a apresentação dos dados levantados pela Conselheira Rosário, durante a próxima reunião extraordinária. Conselheiro Zezinho informa que a aprovação do trabalho do Relatório da Câmara acontecerá na reunião do Pleno no dia 7 de dezembro. Comunica que pelo fato da Câmara Técnica de Normas e Legislação não ter tido quórum, juntou-se à Câmara Técnica de Orçamento e Monitoramento e elaboraram uma Nota Pública. Inicialmente, a proposta seriam duas Notas: uma com relação a PEC 241 e a outra manifestando apoio aos alunos contra a Medida Provisória 746 da reforma do ensino. Mas por motivos de fechamento de outros trabalhos, apenas a Nota sobre a PEC 241 foi finalizada. Comunica que a PEC 241 foi aprovada na Câmara, seguindo para o Senado, o que demanda uma revisão da Nota Pública para que seja publicada. Conselheiro Daniel faz a leitura da Nota Pública de oposição à PEC 241. Conselheiro Roberto Rosa (43:38) – Representando o Ministério do Planejamento - manifesta que é contrário à Nota. Acredita que o problema não seja a PEC 241, outras questões que devem ser mais bem trabalhadas para que a qualidade dos gastos públicos seja alcançada. Conselheiro Lucas informa que esse assunto ainda está sendo tratado na OAB e que se abstém em qualquer deliberação ou votação. Conselheiro Leo Mendes parabeniza a Comissão de Direitos Humanos da OAB, especialmente de cinco estados do Brasil, que já se posicionaram contrárias à PEC 241 e lamenta que a Comissão da Diversidade Sexual da OAB ainda não tenha se posicionado, perante o cenário de calamidade e de violência contra à LGBT. Solicita que a Comissão da Diversidade Sexual da OAB se posicione, mesmo que favorável a PEC 241, pois considera importante que as instituições democráticas brasileiras se posicionem nesse momento histórico. Destaca que a ArtGay é contrária a PEC 241, por entender que não é a solução para os problemas de desigualdade no Brasil, concorda que deve haver cortes de gastos, mas que sua aprovação interfere na saúde, educação, segurança, assistência social. O Conselheiro Frederico Coutinho coloca que se o Conselho pretende deliberar é necessário quórum para que ela ocorra. O Conselheiro Zezinho informa que o quórum foi estabelecido no início da reunião, em conformidade com o regimento. Conselheiro Clovis entende que é preciso muito cuidado para pensar essa Nota por se tratar de uma Nota de Repúdio. Foi feita a leitura de uma Nota Pública do Ministério Público em que faz todos os “considerando” do porquê a PEC é inconstitucional. Acredita que quando se propõe uma Nota, não é uma proposta se aprovada pela maioria, trata-se de uma proposta do Conselho. Destaca duas frentes como preocupantes, sendo a saúde e a educação, como por exemplo, a questão da ampliação do serviço de saúde como apresentado durante a Conferência o Saúde Integral da População LGBT, podendo ser “congelado” e tantos outros; na educação a impossibilidade de investimentos, havendo o contentamento apenas com o básico, sem possibilidades de melhoria principalmente para a população LGBT. A ABGLT já se posicionou contrária a PEC 241. Conselheira Liliane sinaliza para a importância de se ter nítido os impactos da PEC 241 na vida real das pessoas. Enfatiza que representa o Conselho Federal de Assistência Social cujos integrantes são profissionais que lidam diretamente com as populações mais vulneráveis que sofrem ainda mais com as restrições orçamentárias para políticas sociais e processos e violações de direitos. Afirma que a PEC trará um aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil. O Conselheiro, representante do Ministério do Planejamento pede a inclusão que a aprovação da Nota técnica mencione que a decisão do CNCD LGBT em publicar a nota sendo esta aprovada pela maioria do CNCD LGBT. O Conselheiro Léo propõe que seja realizada uma votação nominal da Nota do CNCD LGBT sobre a PEC 241 e, ao final conste a posição de cada representação que participou da votação: favoráveis a Nota; contrários/as a Nota; as abstenções; e as ausências. Conselheiro Frederico, como questão de ordem, a verificação de quórum para que o CNCD LGBT delibere sobre a Nota.

Conselheiro Zezinho refaz a contagem do quórum e há quinze conselheiros/as presentes. Portanto, não há quórum para deliberação. Contudo, haverá continuidade da Reunião sem os pontos que sejam deliberativos. O Conselheiro Zezinho suspende a sessão para o almoço, com retorno as 13h35min. Ao retornar do intervalo para almoço, o Conselheiro Zezinho faz uma nova verificação de quórum, sendo este ainda insuficiente para a deliberação do CNCD LGBT sobre a Nota referente a PEC 241. Informa que as representações da Sociedade Civil observaram que o quórum para as votações da Plenária do CNCD LGBT estão sendo esvaziados, inclusive no que diz respeito as entidades da sociedade civil. O que tem gerado muitas dificuldades aos momentos em que o CNCD LGBT necessita deliberar sobre algum tema. Acrescenta que tais dificuldades também estão ocorrendo nas Câmaras Técnicas Permanentes onde somente alguns Ministérios estão sendo assíduos as discussões. Nesse sentido, o Conselheiro Zezinho, atual Presidente do CNCD LGBT, solicita que, até o dia 25 de novembro de 2016, sejam listados os nomes dos/as titulares e dos/as suplentes de cada Ministério integrante do Conselho Nacional LGBT, sobretudo, considerando a nova estrutura do Governo Federal. O Conselheiro chama atenção para a necessidade de que todos os Ministérios estejam presentes nas reuniões para que a elaboração e implementação das resoluções aprovadas na 3ª Conferência Nacional LGBT sejam bem-sucedidas. Conselheira Rosário sinaliza que tendo em vista que no Art. 13 do Regimento Interno do CNCD LGBT fala que os representantes dos órgãos faltarem a 3 Plenárias consecutivas ou 4 alternadas, no ano, sem a justificativa por escrito, sem o comparecimento de seu respectivo suplente, o Presidente do CNCD LGBT pode pedir a troca do representante. Acrescenta que não há como o Conselho trabalhar sem a presença dos/as representantes do governo. Não há como pactuar ações de enfrentamento da LGBTfobia. O Conselheiro sugere que a Mesa Diretora converse com a Secretária Flávia Piovesan no sentido de que seja solucionada o problema da ausência dos/as Conselheiros/as de Governo. O debate sobre a relação de cooperação entre as entidades da sociedade civil e as representações de governo no CNCD LGBT contou com várias colaborações dos/as Conselheiros/as, sendo consenso a necessidade de reforçar o empenho para que os 15 órgãos federais possam indicar seus titulares e suplentes, assim como estarem presentes nas Câmaras Técnicas Permanentes e nas Plenárias. Nessa perspectiva, o Conselheiro Presidente irá enviar um novo ofício para todas as Secretarias Executivas destes órgãos, reforçando a solicitação já feita pelo gabinete da Secretária Flávia Piovesan. O Conselheiro Zezinho informa que, em razão em razão da ausência de representações da sociedade civil que foram protagonistas na 3ª Conferência, as representações da sociedade civil, presentes na Plenária da 35ª Reunião Ordinária do CNCD LGBT suspenderam o ponto de pauta relativo a avaliação da referida Conferência. Está avaliação será realizada na 36ª Reunião Ordinária que deverá contar também com as presenças da Conselheira Rosário e da Ouvidora Irina Bacci, já que ocuparam o lugar de debatedoras em mesas da Conferência. O Conselheiro também informa que, com relação ao Relatório Final da 3ª Conferência Nacional LGBT na 34ª Reunião Ordinária do CNCD LGBT, foi apreciada a proposta de mudança na disposição das resoluções aprovadas pela Plenária Final do referido evento, tendo em vista a necessidade de qualificar a leitura e compreensão das mesmas. A proposta foi executada pela Conselheira Liliane. Nesta proposta, as resoluções foram reagrupadas e organizadas por temas, proporcionando, assim, uma leitura mais didática. O Conselheiro Zezinho acrescenta um exemplo: se um gestor solicita as resoluções aprovadas, direcionadas à Saúde, essa nova apresentação facilitará o envio somente destas resoluções, não precisando o gestor procura-las em todo o Relatório. A nova apresentação das Resoluções da 3ª Conferência será encaminhada à todos/as Conselheiros/as para apreciação e aprovação na 36ª Reunião Ordinária do CNCD LGBT. O Conselheiro Clóvis sugere a

realização de um planejamento estratégico para os próximos 2 anos do CNCD LGBT. Conselheira Rosário sugere que ela faça uma apresentação de como funciona o PPA. Ambas as sugestões foram aprovadas. Em não tendo outro ponto de pauta para debate, o Conselheiro Zezinho encerra a 35ª Reunião Ordinária do CNCD LGBT.